



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: POSTO SÃO JOSÉ LTDA.	RECURSO
PROCESSO Nº 1776/2001/002/2004	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1572/2004	
NATUREZA DA INFRAÇÃO: GRAVE	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

O POSTO SÃO JOSÉ LTDA. foi autuado em 30.06.2004 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, § 2º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado não apresentou Defesa.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 17.10.2005, pela FEAM, a penalidade de advertência, devendo o autuado regularizar sua situação ambiental, no prazo de 90 dias, sob pena de conversão da penalidade de advertência em multa no valor de R\$3.193,36

Foi apresentado Pedido de Reconsideração. O Vice-Presidente da FEAM, em 10.05.2010, indeferiu o Pedido de Reconsideração, convertendo a penalidade de advertência em multa no valor de R\$ 2.501,00.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “Descumprir determinações contidas na Deliberação Normativa COPAM 050/2001, no art. 3º, §2º, itens II, V.” (fl. 03).

No recurso, o autuado alega, em síntese, que:

- Na data da imposição da penalidade de advertência, as instalações do posto encontravam-se adequadas frente à legislação ambiental;



- A adequação ambiental do posto é anterior à aplicação da Deliberação Normativa 108.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

O autuado não apresentou fatos novos capazes de modificar o posicionamento dessa Procuradoria. Com efeito, no Relatório de Vistoria 7220/2004 (fl. 01), foi constatado que o empreendimento não instalou válvulas de recuperação de gases nos respiros dos tanques, não instalou caixa separadora de água e óleo, entre outras irregularidades.

Foi descumprida a Resolução CONAMA nº 273/2000. Não bastasse isso, foi descumprida também a Deliberação Normativa COPAM nº. 50, de 28 de novembro de 2001 (publicada em 15.12.2001), que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, dentre outras providências.

O art. 2º da referida Deliberação Normativa, em seu §2º, estabelece uma série de normas técnicas e medidas de controle ambiental que devem ser cumpridas pelos postos de abastecimento, e que, no presente caso, à época da autuação ainda não havia sido todas atendidas.

“Art. 3º.

(...)

§2º. Além da apresentação dos documentos exigidos pelo parágrafo anterior, os empreendimentos a que se refere este artigo deverão cumprir, para a obtenção da Licença de Operação, as seguintes medidas de controle ambiental, nos prazos respectivos, contados a partir da publicação desta Deliberação Normativa:

(...)

II – instalar válvulas de recuperação de gases nos respiros: 6 (seis) meses;

III – efetuar teste de estanqueidade em tanques subterrâneos instalados a mais de 10 anos: 6 meses, conforme NBR nº. 13.784;

IV – concretar pista da área de troca de óleo e da lavagem de veículos – 6 meses;

V – instalar Caixa Separadora de Água e Óleo – SAO na área de lavagem de veículos, troca de óleo – 8 meses;

VI – apresentar controle de manutenção dos SAO's: 12 meses;

VII – apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 20 anos: 60 dias;

VIII - apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 10 anos que após o teste de estanqueidade, constante do inciso III acusarem vazamentos: 60 dias;

IX – apresentar outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando necessário;



X – apresentar projeto e cronograma de implantação de passeio na área do empreendimento com o objetivo de facilitar o trânsito de pedestres à frente do posto de combustíveis, aprovado pelos órgãos competentes (Prefeitura Municipal, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG ou Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER): 6 meses.”

Vale ressaltar que desde 2000 há exigências expressas de adequação ambiental dos postos de combustíveis, com fixação de prazos para seu cumprimento. No entanto, em junho de 2004, ocasião da lavratura do auto de infração, o autuado ainda encontrava-se em situação irregular, em manifesto descumprimento das normas ambientais. O autuado, em quatro anos, não havia implementado todas as medidas de controle ambiental exigidas pela DN 50/2001. Portanto, correta a aplicação da multa no caso em voga.

A alegação de que deveriam ser aplicadas as disposições da DN COPAM 108/2007 também não merece prosperar, haja vista que dita disposição não estabelece qualquer definição de aplicação retroativa. Nesse sentido, é regra geral, consubstanciada na Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, que a norma apenas retroagirá caso haja expressa disposição legal, a ver:

Art. 2º (...) 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

Portanto, tem-se que no momento da autuação houve infração à legislação pertinente, pois o prazo para a regularização ambiental era definido pela DN COPAM 50/2001. A superveniência de nova norma não acarreta no perdão da infração à norma anterior, pois os fatos são regidos pela norma vigente no momento de sua ocorrência. Nesse sentido, não merece prosperar o argumento do autuado, não sendo aplicável no seu caso a DN COPAM 108/2007.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantendo a multa aplicada no valor de **R\$ 2.501,00**, por estar em conformidade com o art. 83 e art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: